

Trabalho e informalidade a função social dos trabalhadores ambulantes no espaço urbano

Maria Julia Batista de Oliveira Ries, mariajuliareis@yahoo.com.br
Inez Stampa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Submetido em 30/07/2017

Revisado em 02/08/2017

Aprovado em 10/11/2017

Resumo: Este artigo do desenvolvido a partir do projeto de pesquisa “Transporte ferroviária urbano em questão: Análise das políticas públicas em pauta e as consequências para os trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”. Na pesquisa o universo se resume ao trabalho dos ambulantes do ramal Santa Cruz nos trens cariocas, é nesse contexto que este artigo promove uma reflexão sobre a função social dos trabalhadores ambulantes dos trens e seus desdobramentos no espaço urbano. O objetivo do artigo é analisar a partir das Ciências Sociais, o que categorizamos de função social, para dialogar com a informalidade do mercado de trabalho nos trens cariocas, tendo em vista uma sociedade excludente. Compreendemos que a pesquisa que desencadeou nesse artigo proporciona uma análise sobre as relações sociais e possui uma grande relevância social, sobretudo por ser uma análise baseada em informações vindas dos próprios trabalhadores a partir dos instrumentos metodológicos de pesquisa.

Palavras chave: Informalidade. Trabalho. Função Social. Relações Sociais.

Abstract: This article was developed from the research project "Urban rail transport in question: Analysis of the public policies on the agenda and as consequences for the workers of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro". In the research of the universe, the work of the pedestrians of the Santa Cruz branch in Rio de Janeiro trains is resumed. It is in this context that this article promotes a reflection on a social function of the mobile workers of the trains and their unfolding in the urban space. The objective of the article is to analyze from the Social Sciences, what we categorize of social function, to dialog with a informality of the labor market in the Carioca trains, in view of an excluding society. We understand that the research that it triggers is a series of social relevance, mainly because it is a real-time analysis.

Keywords: Informality. Job. Social role. Social Relationships.

Introdução:

Consideramos que uma das principais mudanças que ocorreu em grande escala na década de 1990 está associada à informalidade no trabalho¹. Segundo Krein e Proni (2010) a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, sem vínculo empregatício, se constituiu num marco histórico na sociedade brasileira. A informalidade veio crescendo gradativamente após alguns movimentos que antecederam a reestruturação produtiva e se intensificaram posteriormente, impulsionando algumas mudanças que até hoje impactam a vida dos trabalhadores, tanto no âmbito econômico e político quanto no social e cultural.

Informalidade é um conceito que vem levantando um intenso debate entre diversas disciplinas de estudo, tendo em vista a precarização das relações de trabalho, ao mercado de trabalho, em processo rápido de desequilíbrio, e ao número crescente de trabalhadores informais. Araujo e Lombardi (2013) refletem que:

Na medida em que as mudanças econômicas, sociais e políticas associadas à ascensão do neoliberalismo, ao aprofundamento da globalização e à acumulação flexível traziam novas questões para a discussão, a própria definição de informalidade foi sendo revista, ao mesmo tempo em que era reconhecida como um fenômeno em expansão não apenas nos países do sul, onde o mercado de trabalho foi historicamente pouco estruturado, mas também nos países do norte, nos quais se ampliaram as formas de trabalho precário, desprotegido, subterrâneo e ilegal. (ARAUJO e LOMBARDI 2013, p. 457).

Desse modo, as mudanças na estrutura econômica do país impactaram de forma bem significativa o universo do mercado de trabalho, onde o inchaço do setor terciário, o grande aumento do setor industrial paralelo à precarização das relações de trabalho, são elementos que refletem o grande aumento do emprego informal, ou seja, o conceito propriamente dito de informalidade é resultado da fragmentação que incide sobre o mundo do trabalho atual.

É oportuno enfatizar as condições existentes para a realização desta pesquisa. Independente dos inúmeros autores que discutem a temática de informalidade no trabalho, nós procuramos problematizar o tema com o ponto de

¹ Informalidade no trabalho é aqui entendida como um fenômeno que persiste e se expande, sendo imposto pela sociedade capitalista e diz respeito ao trabalho sem vínculo empregatício e sem proteção social.

vista das Ciências Sociais, mais especificamente, como estudante de Serviço Social em um contexto lamentável de redução de direitos trabalhistas, como o que se apresenta no momento, no Brasil, se apresentando como retrocesso da sociedade brasileira. Apesar das contradições do sistema capitalista estarem exacerbadas nessa fase histórica, posterior a uma crise político-econômica, nós insistimos em realizar o trabalho sobre o tema e achamos relevante expor uma grande dificuldade inicial de aproximação com os ambulantes. Foram necessárias inúmeras tentativas para completar essa fase da pesquisa com 30 entrevistas realizadas. Assim, cabe ressaltar como foram efetivadas as estratégias de aproximação com os trabalhadores, momento em que parte da instrumentalidade do Serviço Social foi de grande importância para a realização desta fase da pesquisa.

Como o universo empírico de pesquisa se resume ao transporte ferroviário na RMRJ, nessa segunda etapa de análise continuamos traçando a mesma trajetória da pesquisa anterior: o lócus da pesquisa foi o Ramal Santa Cruz das linhas da SuperVia (empresa concessionária dos serviços de transporte de passageiros na RMRJ). A Supervia transporta em dias úteis cerca de 700 mil pessoas diariamente². Com isso, os trens do ramal Santa Cruz, que cortam os principais bairros periféricos do Rio de Janeiro, transporta parcela da população para o trabalho diariamente e também serve de ambiente de trabalho para os trabalhadores ambulantes.

É nesse contexto que nesta fase da pesquisa se buscou fazer uma reflexão sobre a função social dos trabalhadores ambulantes dos trens e seus desdobramentos no espaço urbano. Buscamos analisar o que categorizamos de função social para dialogar com a informalidade do mercado de trabalho dentro dos trens cariocas, tendo em vista as características de uma sociedade desigual e excludente.

² Dados da SuperVia, disponíveis em <<http://www.supervia.com.br/pt-br/empresa/quem-somos>>. Acesso em 8 jul. 2017.

Trabalho e informalidade: a função social dos trabalhadores ambulantes no espaço urbano

Nas Ciências Sociais o conceito de informalidade no trabalho refere-se a um fenômeno diverso que deriva do termo jurídico “informal”, no qual os trabalhadores não atuam com carteira assinada (ANTUNES, 2002). Compreender informalidade no mercado de trabalho é relacionar o trabalho sem um contrato formal que predomina na região ou em determinada categoria profissional. O uso da expressão “trabalho informal” segundo Hart (1971), Noronha (2003), Souza Filho (2004), tem sua origem na África, mais especificamente, em um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1972, no que se refere às condições de trabalho em Gana e no Quênia.

No Brasil, é bem visível e mais predominante nos espaços urbanos, a presença de trabalhadores ocupados em atividades longe de qualquer vínculo empregatício formalizado, ficando, assim, longe também dos direitos trabalhistas. De antemão, podemos caracterizar esses trabalhadores como pessoas que necessitam utilizar de artifícios individuais para garantir sua sobrevivência e de sua família.

Para Cacciamali:

O Setor Informal, originalmente, foi delimitado sob a ótica da produção, em que a unidade de análise que fixava os limites da informalidade era o estabelecimento produtivo. A forma como as pessoas ou firmas organizavam a produção, além da sua posição relativa frente ao conjunto das atividades produtivas, era o divisor do que considerar como informal. Caracterizavam-se os estabelecimentos informais por apresentarem a organização da produção com pouco capital, com uso de técnicas pouco complexas e intensivas de trabalho e com pequeno número de trabalhadores, fossem remunerados e/ou membros da família. Além disso, tais estabelecimentos não eram alvos de política governamental, tinham dificuldade para obtenção de créditos e atuavam em mercados competitivos. (CACCIAMALI, 1982, p. 32).

A reflexão da autora permite que analisemos a informalidade no trabalho como fator primordial das consequências advindas da relação capital/trabalho e que abre uma margem para a formação em grande escala de subempregos. O potencial produtivo auxiliado pela grande capacidade de geração de emprego no

setor informal representa um marco e característica dessa sociedade capitalista vigente. Nessa linha de pensamento, consideramos que o setor informal se apresenta como uma economia complementar e autônoma ao restante da economia do setor formal de trabalho. Ele se expande juntamente com o setor formal, ou seja, o crescimento do setor formal propicia e conduz o setor informal de trabalho a crescer na mesma taxa, na medida em que o desemprego e a regressão de direitos trabalhistas vêm aumentando. Destacamos, contudo, que, como citou a autora, o setor informal não participa das mesmas políticas do setor formal de trabalho.

A fragmentação social foi mais intensificada com a rápida urbanização que impulsionou um maior número de migrantes para as metrópoles, sendo a busca por qualidade de vida uma possível justificativa para este movimento. O espaço urbano exige qualificações que muitas vezes não estavam adequadas aos novos trabalhadores que chegavam nas metrópoles, o que induziu em grande escala o desenvolvimento maior e mais veloz do crescimento informal de trabalho.

Os trabalhadores informais atingiram, de forma diversificada, uma posição no contexto de economia mundial. A fragmentação social assume outra complexidade associada, na maioria das vezes, às novas organizações do mercado que relacionam o trabalho informal como fator crucial e responsável pela sobrevivência de parte da população periférica urbana (GOMES e REGINESNE, 2015).

Com o decorrer da pesquisa e com o constante levantamento bibliográfico e, concomitantemente, com a pesquisa em campo, podemos considerar, trazendo para o universo do transporte ferroviário, que a grande diversidade das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores informais e a mobilidade de trabalho são fatores cruciais e que dificultam uma organização mais intensa desses trabalhadores. Isso fica evidente na pesquisa quando todos os entrevistados, independente de idade ou gênero, não estão filiados a nenhum sindicato ou associação de trabalhadores, por exemplo.

Consideramos, a partir das análises dos fichamentos feitos nessa fase da pesquisa, que o que distingue o setor formal e informal é a forma de organização

da produção e não apenas as tecnologias utilizadas nesse processo de trabalho. No caso dos ambulantes, sujeitos da pesquisa, a dualidade que vem se exacerbando no desenvolvimento capitalista cria desequilíbrios no espaço urbano de vários aspectos, alguns ligados ao crescimento demográfico, por exemplo, outros ligados à geração de emprego, expectativas de trabalho e renda estável.

Todos os fatores acima citados partem do seguinte pressuposto: oportunidade de trabalho disponível. Com isso, instiga o surgimento de uma série de atividades que podem gerar renda, o que reflete a situação não só de desemprego, mas também de subemprego, característicos dessa sociedade. Nesse sentido, articulam a informalidade com a pobreza, principalmente quando falamos de ambulantes do transporte urbano ferroviário.

O estigma do funcionamento da informalidade no trabalho é fruto dessa discriminação que fica mais evidente com a ausência de políticas governamentais que assegurem ao trabalhador informal alguma proteção, mesmo que reduzida, tendo como ponto base que, no decorrer do desenvolvimento econômico, a tendência dessas atividades seria desaparecerem. Avaliamos que, com o passar do tempo, não é isso que está se concretizando. Segundo dados parciais de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de trabalhadores informais representa um aumento de 37%³ de todas as ocupações nas principais cidades do Brasil em comparação com o ano de 2016.

Com a crise político-econômica e as aprovações de leis que visam à redução de direitos trabalhistas, a tendência do setor informal é crescer ainda mais. Que o setor informal de trabalho está se (re) criando e complementa o restante da economia, como já foi dito anteriormente, é fato. Agora, só gerará uma renda maior para os trabalhadores, se forem desenvolvidas políticas que

³ “A partir de 2007, o país registrou um aumento contínuo do emprego com carteira assinada. Em 2014, o desemprego terminou o ano em 4,8% – a menor média nacional de toda a série histórica medida pelo IBGE. A tendência se inverteu a partir de 2015”. Fonte: Carta Capital (2017).

estimulem o setor, independente de avanços tecnológicos, é o que parece indicar o cenário observado.

A informalidade no trabalho é apresentada, nesta pesquisa, como um espaço de trabalho com certa fragilidade, tendo em vista não ter um incentivo governamental concreto, por exemplo,⁴ o que o caracteriza como mais subordinado às organizações da produção capitalista. Sugerimos que a informalidade no trabalho, dentro do ponto de vista de atuação dos ambulantes, seja compreendida como setor deslocado pelo desenvolvimento capitalista que, em uma dimensão espaço-temporal, é moldado pelas condições da economia urbana que, de forma contínua, é recriada, flexível e permeável. (CACCIAMALI, 1982).

O ponto de partida para a análise realizada se deu a partir do surgimento de práticas capitalistas neoliberais, onde constatamos que as relações sociais sofreram grandes transformações e, de forma mais acentuada, avançou na erosão dos direitos trabalhistas. Por fim, caracterizamos função social como um princípio de todo sujeito, pois vivemos em uma sociedade (RAMOS e THOMASI, 2008). Ou seja, é uma construção histórica.

Com as mudanças da vida em sociedade, do próprio homem e com a transição da comunidade primitiva para a antiguidade, novas formas de organização vão surgindo, sobretudo com a substituição da propriedade comum pela propriedade privada. A relação entre os homens, que na sociedade primitiva se fundamentava na propriedade coletiva, passa a ser privada e o que rege as relações é o poder do homem, que se impõe aos demais.

Nesse sentido, o sentido do trabalho nessa nova forma de organização da sociedade não é mais o mesmo para todos, tendo em vista que não só a classe dominante tem ideais substancialmente distintos dos da classe dominada, como também tenta fazer com que a classe trabalhadora aceite essa desigualdade social como desigualdade natural, sendo, assim, inútil lutar contra ela.

⁴ As análises baseadas nas entrevistas e organização dos fichamentos para o desenvolvimento deste relatório, com as conclusões da pesquisa, deixará este aspecto mais claro para o leitor.

Com o advento da sociedade capitalista e com o aperfeiçoamento da maquinaria, muda não só a forma de organização da sociedade, mas também as relações sociais de produção, a concepção de homem e de trabalho.

Na sociedade organizada sob o modo de produção capitalista, o homem não é aquele ser histórico que se humaniza nas relações que estabelece com outros homens, mas resume-se ao indivíduo que vende a sua força de trabalho e, ao vendê-la, transforma-se em fator de produção.

Considerando os sujeitos históricos, se compreende que a realidade não é algo pronto e acabado. Não se trata, no entanto, de atribuir ao trabalho informal nenhuma função salvacionista, mas reconhecer seu papel social no desenvolvimento de processos sociais.

Ao discutirmos a função social do trabalho informal, estamos entendendo o trabalho em seu sentido mais ampliado, ou seja, enquanto prática social que se dá nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, o trabalho elemento constituinte e constitutivo dessas relações.

Nesse sentido, o trabalho informal, enquanto criação do homem se justifica e se legitima diante da sociedade, ao cumprir a finalidade para a qual foi criado, ou seja, a reprodução da sociedade capitalista.

O trabalho informal, como prática social que se desenvolve nas relações estabelecidas entre as classes sociais na sociedade capitalista, se caracteriza como campo social de disputa. Disputa essa que se dá na perspectiva de diferentes esferas da vida social, aos interesses de classes. Assim, se constitui numa atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais.

Nessa ótica, as relações sociais desenvolvidas nas diferentes esferas da vida social, inclusive no trabalho, constituem-se em processos, desde que este seja entendido como ação e criação humanas. Contudo, na forma como se opera o modo de produção capitalista, a sociedade não se apresenta enquanto totalidade, mas é compreendida a partir de diversos fatores que interagem entre si e se sobrepõem de forma isolada.

Nessa perspectiva, as necessidades humanas e as demandas do processo de acumulação de capital devem ser vistos sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumem, tendo, portanto, funções sociais distintas. No caso do trabalho informal, atende a necessidades de sobrevivência de trabalhadores e aos interesses de reprodução do capitalismo. Embora carregue consigo uma contradição desempenha uma função social.

Análise dos dados da pesquisa

Como foi exposto, inicialmente buscamos fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática que envolve trabalho, mobilidade urbana, cidadania, transporte urbano público, direito à cidade e os desdobramentos dessas questões para, assim, dar início à pesquisa de campo. Utilizamos como instrumento metodológico de pesquisa a entrevista semiestruturada, além da observação participante que permite uma interação maior com as questões envolvidas nos trens da SuperVia e os trabalhadores ambulantes.

Nesta fase da pesquisa contamos com o auxílio de eixos temáticos como roteiro para o diálogo com os sujeitos da pesquisa. Os eixos são os seguintes: abordagem da experiência de trabalho; estrutura familiar e suas condições de trabalho; condições de trabalho do ambulante na ferrovia da RMRJ; conflitos existentes no espaço ferroviário; estratégias adotadas pelos ambulantes; relação dos ambulantes com o espaço urbano.

Para que o leitor possa se situar sobre o campo empírico que estamos tratando, a SuperVia opera o serviço de trens urbanos na Região Metropolitana (Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim), através de uma malha ferroviária de 270 km dividida em cinco ramais, três extensões e 102 estações. A malha ferroviária da SuperVia sempre se mostrou complexa e importante para a população trabalhadora residente do RMRJ no quesito mobilidade e serve como campo de trabalho para diversos ambulantes⁵ que vendem seus produtos como fonte de renda. Para Pamplona (2013):

⁵ Nesta pesquisa, as expressões “ambulantes”, “camelôs”, são usadas, em geral, de forma equivalente. Com frequência, empregam-se os termos “ambulantes” no relatório, porém, vale

A expressão “ambulante” designa trabalhador normalmente autoempregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial. (PAMPLONA, 2013, p.15).

É nesse contexto que entendemos que em meio às dificuldades do campo de trabalho⁶ os trabalhadores ambulantes possuem uma função social importante no espaço urbano, sendo sujeitos de direitos como qualquer cidadão. Entretanto, como trabalhadores informais, muitas vezes não possuem os mesmos “benefícios” do setor formal de trabalho. Atualmente, mesmo com as mudanças no setor ferroviário, o Ramal Santa Cruz faz uma conexão entre a zona oeste e a estação da Central do Brasil e liga a outros ramais da SuperVia que vão ao encontro da Baixada Fluminense. Em todo o percurso é possível visualizar a presença de ambulantes no interior dos trens e nas estações ferroviárias.

Durante a pesquisa, o grande contratempo que encontramos e que concomitante à escrita desse relatório ainda está em evidência, é o número elevado de roubos de cargas, o que levou os camelôs a certa desconfiança diante das perguntas feitas⁷. Foram utilizadas diversas estratégias de aproximação com os trabalhadores, tendo em vista que é uma categoria “marginalizada” na sociedade.

Com o auxílio dos roteiros para entrevista, em forma de eixos, procuramos realizar uma entrevista do tipo semiestruturada devido à rotina do trabalho dos camelôs. O eixo 1, abordagem da experiência de trabalho, visava resgatar o histórico de trabalho exercido pelo próprio ambulante e os demais vínculos empregatícios, se for o caso. Podemos, com a ajuda desses eixos, apresentar algumas reflexões sobre possibilidades para que o trabalho realizado por eles

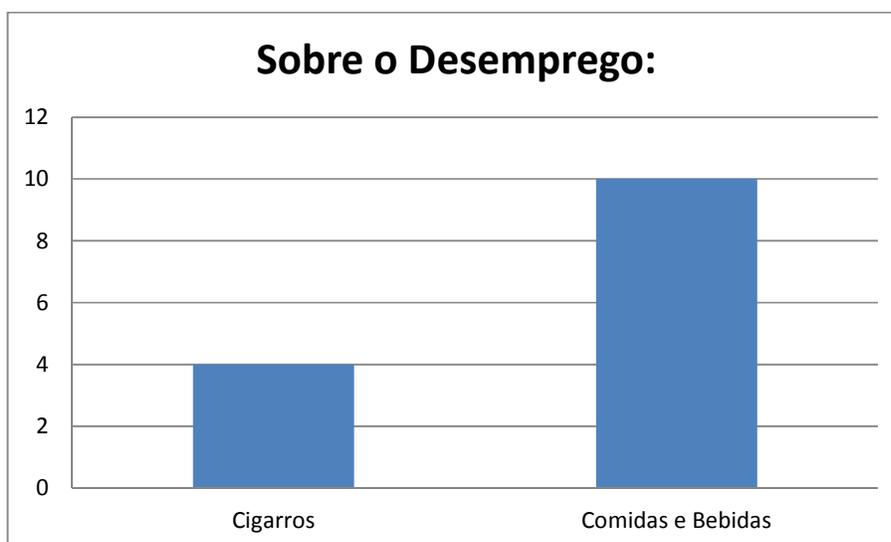
lembrar que na análise da observação sensível, a expressão mais utilizada pelos trabalhadores para defini-los é “camelô”.

⁶ Análise já constatada na primeira fase da pesquisa de título: Política Pública de Transporte em Massa: Análise das Percepções dos Usuários Sobre o Trem Ramal Santa Cruz pelo Programa de Iniciação Científica no ano de 2016

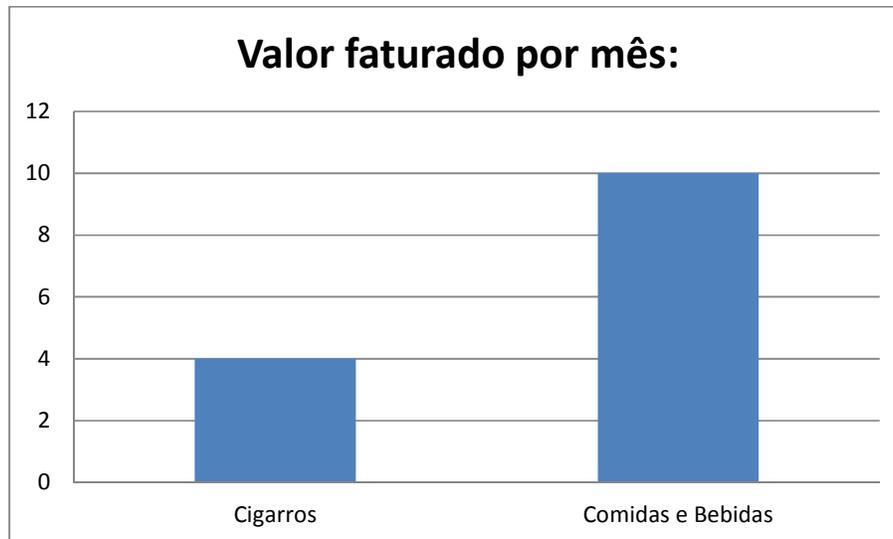
⁷ 70% dos entrevistados ficaram, inicialmente, com receio de participar da pesquisa, suspeitando ser alguma fiscalização da SuperVia, mesmo com nossa identificação. Mas depois de esclarecidos e mais confiantes, concordaram em participar.

tenha alguma segurança, como, por exemplo, a contribuição para previdência social. Dos 30 ambulantes entrevistados, nenhum contribuía para previdência naquele momento, mas, em outros trabalhos formais realizados, já haviam feito.

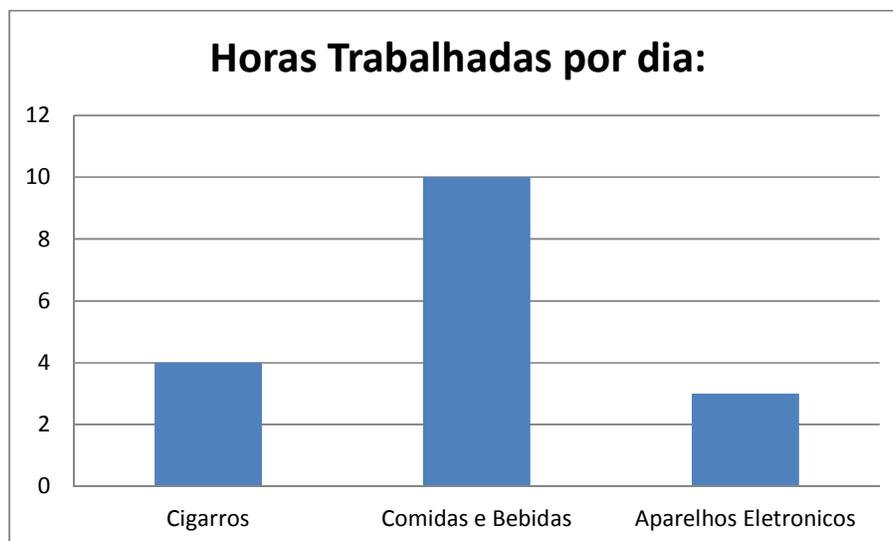
No eixo 2, estrutura familiar e suas condições de trabalho, buscamos compreender a composição familiar, o município de sua residência, nível de escolaridade e de seus familiares que residiam com ele. Traçamos os eixos 1 e 2. Com isso, fizemos uma caracterização desse trabalhador. Quando foram abordados sobre a situação do desemprego, grande parte dos entrevistados, como mostra o gráfico abaixo, afirmava estar nessa condição, porém necessitam daquela ocupação “camelô” para o sustento da família.



Do eixo 3, equipamentos urbanos e condições de vida extraímos informações relacionadas ao local e situação de moradia, remuneração e os equipamentos públicos urbanos acessados pelo ambulante e sua família. Todos os ambulantes moravam próximos às linhas férreas, ou seja, em bairros onde possuíam estações de trens próximas. Constatamos, quando analisamos os dados informados pelos entrevistados, que a remuneração por mês se torna líquida, porque o ganho é por dia. Muitos ambulantes se espantaram quando fizemos o cálculo do quanto receberiam se fosse por mês o pagamento.



Com os eixos 4 e 5, as condições de trabalho do ambulante na ferrovia da RMRJ e conflitos existentes no espaço ferroviário, respectivamente, refletimos sobre como ocorreu a inserção do trabalhador na ferrovia, os conflitos diários no ambiente campo de trabalho ou mesmo entre os ambulantes. Analisamos que é preciso trabalhar aproximadamente 12 horas por dia para conseguir uma remuneração regular, o que deixa evidente a exploração direta desses trabalhadores pela relação capital/trabalho, já que eles estão inseridos no odo de produção pela via da circulação (vendem produtos) e consumo de mercadorias.



Nos relatos, os conflitos entre os camelôs eram mínimos, as regras de convivência são impostas no dia a dia para que cada ambulante consiga um espaço para vender seu produto com tranquilidade. Constatamos que durante os Jogos Olímpicos a cobrança da ferrovia era maior, ou seja, havia uma maior fiscalização com a entrada dos camelôs nos espaços da SuperVia.

O eixo 6, estratégias adotadas pelos ambulantes, descreve as estratégias utilizadas para driblar a vigilância imposta pela SuperVia, pois o trabalho como ambulante não é autorizado nesses espaços, além das estratégias para a venda do produto.

O eixo que foi mais difícil de analisar foi o eixo 7, que relaciona os ambulantes com o espaço urbano, justamente o objetivo de nossa pesquisa para refletir sobre a função social desses trabalhadores no espaço urbano. Neste eixo buscamos descrever, com as análises dos outros eixos, o uso do espaço pelos ambulantes. Procuramos saber também quais produtos os trabalhadores vendiam, para cruzar com a necessidade da população que utiliza o transporte ferroviário diariamente.



Consideramos que as relações estabelecidas no dia a dia de trabalho dos camelôs são bem frágeis e, segundo os relatos, a presença de um sindicato era invisível para dar o alicerce a esses trabalhadores. A informalidade no trabalho tende a aumentar cada dia que passa. Inúmeras mercadorias são vendidas pelos camelôs, de alimentos perecíveis a materiais de construção, de objetos pessoais

básicos a bens duráveis. Há um inchaço nessa categoria desprotegida pelo governo e que tende a aumentar devido a um grande número de desempregados na cidade atualmente.

Os dados desta pesquisa foram bem complexos, e o grande desafio foi decifrar o que eles pensam a respeito da sociedade, seu papel no espaço urbano, e suas expectativas para o futuro. Sem minimizar as grandes dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa, relacionadas a precarização do trabalho desses trabalhadores informais, nosso estudo permite uma reflexão maior sobre qual tipo de representação esses trabalhadores têm no espaço urbano, sem julgamentos prévios em relação às suas mercadorias.

Um fato que nos chamou a atenção foi sobre as perspectivas para o futuro, onde todos os entrevistados, claramente, falavam de seus projetos, o que nos chamou atenção foi um caso específico onde o cidadão, com um sentimento de desesperança, não possuía planos para o futuro, o que primeiramente nos fez refletir sobre o quão maçante é o trabalho nesta sociedade, e mais maçante ainda é o trabalho sem regulamentação como o de ambulante. Os demais entrevistados expuseram seus sonhos de conseguir um trabalho assalariado ou de montar seu próprio negócio, mas, uma questão foi unânime entre eles: a dependência do trabalho informal.

As grandes preocupações em vislumbrar outro tipo de trabalho eram minimizadas com a necessidade de sobrevivência. As dificuldades enfrentadas no dia a dia, o estigma e a ilegalidade no trabalho fazem com que o ambulante esteja constantemente vislumbrando outra realidade e, ao mesmo tempo, dependente do trabalho como ambulante para gerar algum tipo de renda.

Conseguimos entender porque meios os entrevistados iniciaram seu trabalho como ambulante, assim como que lugar aquele trabalho, dito informal, ocupa em suas vidas. Todos os entrevistados iniciaram a partir de amigos ou alguém da família, ou seja, a partir de suas relações sociais. Embora os mesmos procurem empregos, expuseram que as chances maiores de preenchimento de alguma vaga no setor formal é de uma pessoa que é intermediada por conhecidos, o famoso “QI” (quem indica), dificultando ainda mais sua inserção no mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, consideramos que mesmo com as expectativas de inserção em um setor formal de trabalho, o futuro para os ambulantes acaba sendo circunstancial, ou seja, as relações sociais no sistema capitalista, a sociedade em geral, exclui esses trabalhadores do mercado dando a eles somente a opção da informalidade. Pensamos que a sociedade molda as ações desses trabalhadores para uma certa atividade para suprir necessidades de algumas pessoas, no caso dos ambulantes, dos inúmeros usuários que utilizam os trens.

Podemos analisar com os dados completos das entrevistas, as anotações e fichamentos da observação participante, que existe uma rede de comunicação dentro dos trens, no que diz respeito à obtenção da mercadoria, que não foi muito comentada pelos entrevistados.

O processo de escolarização foi algo que também nos chamou muito a atenção, pois uma pequena parte dos entrevistados havia completado o ensino médio e apenas um chegou a fazer o nível superior, mas abandonou os estudos. A outra parte dos entrevistados não possuía o ensino fundamental completo.

Observamos que o trabalho dos ambulantes é muito importante para a população que trafega todos os dias nos trens, seja por lazer ou para ir ao trabalho. Os produtos vendidos, assim como a estratégias de venda, se mostraram muito interessantes. É importante reforçar que o comércio dos camelôs é regido por leis que são feitas no dia a dia pelos próprios trabalhadores ambulantes. Desde a venda de água em um dia de calor na cidade, até o brinquedo “do momento” comprado para algum familiar, enfatizam que os produtos trazidos pelos ambulantes são destinados a um público somente: os usuários dos trens. A partir da observação sensível consideramos que várias necessidades dos usuários são supridas com as mercadorias dos ambulantes.

Em virtude das contradições da sociedade, constatamos que o fenômeno de inserção no trabalho informal, de camelô, inclui cada vez mais a juventude em seu meio. A partir das entrevistas, podemos identificar um grande número de jovens nessa ocupação, mesmo os que recusaram, eram muito jovens. Consideramos que, na sociedade capitalista, não só a juventude, mas parte da população é colocada à margem e acabam seguindo um caminho

multideterminado de ações para gerar renda, se deparando e vivendo constantemente as contradições dessa sociedade.

Algumas considerações sobre o processo de pesquisa

O olhar atento das Ciências Sociais sobre o trabalho dos camelôs revela o fenômeno da informalidade no trabalho como um processo que permeia a vida dos entrevistados. A partir das estratégias e instrumentos de metodologia de pesquisa, podemos identificar um caminho multideterminado que originou a situação presente. Os relatos apontaram que as questões sociais e econômicas os levaram para o setor informal de trabalho e, mais especificamente, ao trabalho de ambulante, fazendo com que as questões políticas e culturais os deixem reféns desse trabalho.

Compreender a trajetória profissional nos remete a considerar diversas circunstâncias mencionadas no decorrer do trabalho de campo, que estão para além da necessidade de sobrevivência dos trabalhadores. Analisamos que a vida dos entrevistados foi marcada por diversas mudanças de locais de moradia, de troca de cidade em busca de uma qualidade de vida melhor, uma interrupção nos estudos de forma precoce e, de outro lado, a influência das relações sociais que os cercam. A participação destes trabalhadores no setor formal de trabalho se mostrou periódica, tendo que os submeter a uma carga maior de trabalho com ganhos menores e os desdobramentos do mercado informal.

É importante ressaltar que aqueles que deveriam ter maior incentivo devido às questões multifacetadas e consequências do sistema capitalista vigente, são os que são negligenciados e estereotipados pelo poder público e pela sociedade, fazendo com que, muitas vezes, esses trabalhadores percam a noção de cidadania, tendo um desconhecimento de seus deveres e descrentes da validade de seus direitos (SALVITTI; VIÉGAS; MORTADA; TAVARES, 1999).

Refletimos, durante as orientações, como é possível um grupo se mobilizar politicamente e ter a participação em sindicatos para o mínimo de proteção trabalhista, tendo que trabalhar, muitas vezes, 12 horas por dia. Constatamos que a resistência nesses espaços é contra um processo de exclusão na qual eles já estão submetidos por estarem fora do mercado formal

de trabalho. Esses trabalhadores se adequam a essa sociedade que visa à exploração como forma de obter lucro, utilizando recursos sociais, culturais e econômicos que estão à disposição. Todos os entrevistados aprendem e avaliam rapidamente os recursos que o espaço urbano disponibiliza para seu trabalho, os transforma em mercadoria e com o uso de estratégias vendem para sociedade. Nesse sentido é que entendemos que os camelôs devem ser vistos como trabalhadores que ocupam espaços sociais urbanos que se entrelaçam.

Como aluna de graduação em Serviço Social, que defende a valorização do sujeito nas ações e considera que o trabalho é uma atividade coletiva sempre, avaliamos o trabalho no âmbito social como algo indispensável para as relações sociais. As Ciências Sociais e Humanas trazem consigo inúmeros questionamentos sobre a sociedade. Com o passar dos tempos o trabalho passou a ser valorizado como fator primordial para o desenvolvimento do indivíduo. Pensamos que o ser humano tem sua identidade no trabalho. Nesse sentido, consideramos que o trabalho ambulante possui, para o espaço urbano, uma função social e ele é condicionado para isso.

O processo de formação do profissional de Serviço Social, sua estrutura curricular, que a cada momento é inovada para atender a necessidade dos alunos como profissionais em formação, todo conhecimento adquirido e compartilhado no que diz respeito às camadas populares excluídas e marginalizadas pelo sistema políticoeconômico, social e cultural atual, foram fundamentais para pensar a metodologia e o desenvolvimento das ações no espaço de atuação da pesquisa. A aproximação do campo de pesquisa e sua execução, com base nos aprendizados acadêmicos, contribuíram de forma muito significativa para o meu desenvolvimento como acadêmica.

Como aluna inserida há quatro anos no programa de Iniciação Científica, a leitura de referenciais teóricos, o processo rico de orientação, um olhar mais amadurecido ao entrar no campo, com um olhar mais embasado na fundamentação teórica, a (re) construção de ideias, a elaboração do último relatório para este programa. baseado na minha experiência como aluna pesquisadora, foram elementos bastante significativos para a minha formação.

Desse modo, como já mencionado no relatório anterior, “todo estudante de graduação deveria passar por esta experiência de iniciação científica”. Relacionar a teoria aprendida na graduação com uma prática, especificamente de pesquisa, é algo que vai além do campo de estágio. Ênfase também a inserção em um grupo de pesquisa que estuda e produz conhecimento sobre uma temática de relevância para a sociedade. Para finalizar este relatório, afirmo que esta experiência possibilitou perceber novas perspectivas em relação ao exercício profissional do Serviço Social.

A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes. (Karl Marx)

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ARAUJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. **Trabalho Informal: gênero e raça no Brasil do início do século XXI**. Cadernos de Pesquisa. V. 43, 2013.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: USP/IPE/FEA, 1983 (Tese de Doutorado).

GOMES. M.F.C.M., e REGINENSI. C. **Vendedores ambulantes no Rio de Janeiro: experiências urbanas e conflito pelo uso do espaço**. Colóquio (Inter) Nacional sobre comércio e cidade: Uma relação de origem. 2015.

GOMES M.F.C.M., REGINENSI, C. **Vendeurs ambulants à Rio de Janeiro: expériences citadines et défi des pratiques urbaines**. Cybergéo, n°368, 2007. Disponível em: <www.cybergeo.eu/index4870.html>. Acesso em 10 jun. 2017.

HART, K. **Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana**. The Journal of Modern African Studie. Cambridge University Press. 1973, p. 61-89.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT- Brasil, 2010. (Trabalho decente no Brasil; Documento de trabalho, n. 4).

NORONHA, E. G. **“Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18 n°. 53. 2003, p.111- 129

PAMPLONA. João Batista. **Mercado de trabalho, informalidade e comercio ambulante em São Paulo**. Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, 2013.

RAMOS, A. M. T.; THOMASI, T. Z. **Função Social do Homem na Contemporaneidade**. Congresso Internacional de Filosofia: Debates de ideias e cidadania. RS. 2008.

SALVITTI. A.; VIÉGAS, L. de S.; MORTADA, S. P.; TAVARES. D. S. **O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. São Paulo, 1999.

SOUZA FILHO, A. **Trabalho na sociedade contemporânea: trabalho informal**. Belo Horizonte: FNH, 2007.